



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638519 - PI (2021/0001030-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : IRACEMA RAMOS FARIAS E OUTRO
ADVOGADOS : IRACEMA RAMOS FARIAS - PI006639
JONATHAS DE CERQUEIRA CASTRO - PI019611
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : GENICLECIO DOS SANTOS BRITO
CORRÉU : GEOVANE DOS SANTOS GALENO
CORRÉU : PAULO RICARDO DO NASCIMENTO PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GENICLECIO DOS SANTOS BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (0755915-20.2020.8.18.0000).

O paciente foi condenado a uma pena definitiva de 10 anos de reclusão em regime de cumprimento de pena fechado e de 800 dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos art. 180, § 1º (receptação), c/c art. 69, todos do Código Penal, e art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

A referida condenação foi anulada pelo TJPI, e o paciente teve a sua prisão revogada. Entrementes, a Juíza *a quo* declarou-se competente e condenou novamente o paciente, ordenando a sua prisão.

Os impetrantes sustentam que a fundamentação da prisão é inidônea, por uma série de ilegalidades. Diante disso, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJPI, tendo sido distribuído em 7/9/2020.

Ressaltam que nem “sequer o pedido liminar contido à ação constitucional foi apreciado, isso pois, desde a primeira distribuição, foram proferidas 06 (SEIS) decisões dos Desembargadores em que se declararam incompetentes para apreciar o feito”. Assim, “o processo, atualmente, encontra-se em um ilegal “vai-e-vem” entre gabinetes do E. TJ-PI, sendo que, inclusive, os D. Desembargadores do E. TJ-PI têm simplesmente repetido decisões já proferidas nos autos como forma de declarar-se incompetentes para a apreciação do feito”. E assim “já se passaram 04 (QUATRO) MESES, sem que as teses ventiladas ao *habeas corpus* sejam apreciadas”.

Requerem a concessão da medida liminar em favor do paciente para que possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*, revogando-se a prisão preventiva decretada ou, alternativamente, que se apreciem as possibilidades do art. 319 do CPP, especialmente aquela que dispõe sobre a concessão de liberdade vigiada por meio de tornozeleira eletrônica.

No mérito, pugnam seja concedida a ordem de ofício, de modo a confirmar as medidas liminares, no sentido de que seja revogada a ordem de prisão do paciente, com ou sem a aplicação de medias cautelares diversas da prisão.

Subsidiariamente, pedem seja concedida a ordem de ofício para que seja determinado o imediato julgamento do *Habeas Corpus* n. 0755915-20.2020.8.18.0000 pelo TJPI.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, sobretudo acerca do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente